

O TRABALHO COM REGRAS E LIMITES EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DOS PROFESSORES

S. A. PEREIRA e J. C. P. MORAES*

Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos

joaocarlos_pmoraes@yahoo.com.br*

Submetido 06/07/2016 - Aceito 20/12/2018

DOI: 10.15628/holos.2018.4765

RESUMO

A disciplina de Educação Física ainda é tida por muitos como um momento de recreação e lazer, sem envolver uma aprendizagem propriamente dita. No entanto, as contribuições que os alunos alcançam nessas aulas são inegáveis e, quando as instituições e os profissionais da educação têm essa visão, o trabalho pedagógico só tende a ganhar. Na educação infantil, as crianças estão na idade ideal para aquisição de certos valores e princípios que as acompanharão ao longo de toda a vida. Através de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, o presente trabalho consiste em compreender como o professor de Educação Física

insere a discussão acerca das regras em suas aulas e, também, como tal inserção pode auxiliar o trabalho do professor polivalente que passa a maior parte do tempo com a sala. Assim, percebe-se que Aprender a respeitar regras é algo fundamental para que se possa viver em sociedade e exercer a cidadania. As aulas de Educação Física, com seu cunho lúdico, desde que bem orientadas, podem ser momentos ideais para compreensão acerca de regras e limites. Para tal, os professores devem delimitar seus objetivos e estimular tais comportamentos em seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Regras e Limites, Educação Infantil.

RULES AND LIMITS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A VISION OF TEACHERS

ABSTRACT

Physical education discipline is still considered by many as a moment of recreation and leisure, without involve a proper learning. However, the contributions that students achieve these classes are undeniable and, when the institutions and education professionals have this view, the pedagogical work only tends to win. In early childhood education children are the ideal age for the acquisition of certain values and principles that will follow throughout life. Through literature and field research, this study It consists of in Understanding How

the Physical Education teacher inserts a discussion of the rules in your classes and also can As such insertion assist the work of teacher do multipurpose who spends most of the time with a room. So, perceived Learn to respect rules is fundamental so that we can live in society and exercising citizenship. The physical education classes, with their playful nature, if well directed, can be ideal moments for understanding rules and limits. To this end, teachers should define your goals and encourage such behavior in their students.

KEYWORDS: Physical education, Rules, Childhood Education.

1 INTRODUÇÃO

O professor de Educação Física ainda é subestimado na concepção de muitos. A disciplina de Educação Física é vista como mera recreação, sem trazer grandes contribuições para além do lazer das crianças. No entanto, com a evolução dos estudos de Educação Física Escolar, sabe-se que essas aulas representam uma ferramenta de grande importância no desenvolvimento pessoal e na formação do educando.

Uma das contribuições do componente curricular na educação infantil se relaciona com a aprendizagem de regras e limites. Os alunos, ao desenvolverem atividades como brincadeiras e jogos, orientados pelo professor, têm que compreender as regras envolvidas e se adequar para que possam participar. Diversos outros benefícios, como a melhora da coordenação motora, lateralidade, criatividade, inventividade, podem ser citados. Para esse trabalho, será dado destaque a questão das regras, limites e disciplina, averiguando como as aulas de Educação Física contribuem para sua aquisição na visão de professores.

Outro elemento abordado no trabalho e grande entrave enfrentado pelos sistemas de ensino e escolas é a falta de diálogo entre seus atores. A pouca interatividade entre os professores, que impede que esses troquem experiências, é um ponto preocupante que faz parte da realidade de muitas instituições. Uma maior interação entre os docentes poderia contribuir significativamente para uma melhoria nas práticas pedagógicas nas escolas.

Perante tais enfoques citados anteriormente, o objetivo da presente pesquisa consiste em compreender como o professor de Educação Física insere a discussão acerca das regras em suas aulas e, também, como tal inserção pode auxiliar o trabalho do professor polivalente que passa a maior parte do tempo com a sala. A abordagem será na modalidade de Educação Infantil, que é base fundamental para as etapas seguintes de escolarização. O trabalho se desenvolve através de levantamento bibliográfico, utilizando livros, artigos, periódicos e materiais digitais, acompanhada de uma pesquisa de campo, desenvolvida com professores de Educação Física e titulares de salas de educação infantil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pode-se dizer que a Educação Física se consolidou numa prática pedagógica por conta das necessidades sociais que podem ser identificadas em vários momentos na história da educação. Quando inserida no âmbito escolar, a Educação Física foi durante muito tempo compreendida como uma disciplina de menor importância que outras, como a língua portuguesa, matemática, ciências e outras (OLIVEIRA, 1989). Ela era tida como um simples momento para a prática de atividades físicas objetivando a manutenção do corpo saudável.

Entretanto, a partir dos princípios democráticos de educação, tem-se uma nova perspectiva para a formação dos sujeitos. Conforme Brandão (2007), um dos documentos desta nova abordagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9394/96), ressalta, em seu artigo 32, o objetivo principal do ensino fundamental como sendo a formação básica do cidadão. Os quatro incisos desse mesmo artigo esclarecem que esse objetivo só é possível por meio do:

- desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996)

Mediante tal visão, surge os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCN-EF), produzido pelo Ministério da Educação com o intuito de operacionalizar as normativas prescritas pela LDB 9396/96 e subsidiar o trabalho do professor, norteando suas práticas. O referido documento (BRASIL, 1998), no que tange a Educação Física Escolar, os estipula três blocos de ensino, sendo eles: (1) jogos, ginásticas, esportes e lutas; (2) atividades rítmicas e expressivas; e (3) conhecimento sobre o corpo.

Assim, pelo PCN-EF (1998), depois de muitas reformulações na concepção da própria Educação Física, ela passa a ser encarada como uma disciplina complexa que deve trabalhar as suas próprias especificidades se relacionando com os outros componentes curriculares. Nela, ressalta-se ainda que um dos principais objetivos da Educação Física Escolar é propiciar a socialização e interação entre os alunos, em consonância à LDB 9394/96.

Na atual organização pedagógica, presente na Base Nacional Curricular Comum, tanto na sua primeira (BRASIL, 2015) quanto segunda versão (BRASIL, 2016), não é apresentada uma divisão específica para a Educação Física na Educação Infantil, mas campos de experiências. Como aponta Neira (2016), discussões acerca do corpo e de suas relações culturais são apresentadas mais efetivamente no campo de experiência “Corpos, gestos e movimentos” do referido documento. Nesse sentido, a proposta concebe que, nesta faixa etária, a relação com o meio e a movimentação consiste em elementos basilares para o conhecimento de si e do mundo pela criança (BRASIL, 2015). Ou seja, pela natureza do aprendizado desse momento de vida, as aulas de Educação Física tornam-se mecanismos fundamentais para a inserção de práticas escolares e espaço para discussão dos aprendizados dela decorrentes, como, por exemplo, de regras e limites.

Nesse sentido, o professor de Educação Física, sujeito de nossa pesquisa, deve proporcionar aos seus alunos um rol de atividades que possibilitem uma movimentação variada e a exploração do próprio corpo e do ambiente em que estão inseridos, sempre de acordo com o grau de desenvolvimento de cada etapa da faixa etária e da vida escolar, assegurando-lhes plena liberdade de movimentação e espontaneidade para correr, saltar, girar, arremessar, etc. Ou seja, como discorre Aquino (1996), não se quer para escola um aluno que seja estático, calado e obediente. O desejo educacional vai ao encontro de um aluno que queira conhecer, sendo que o conhecer, na ideia do autor, está atrelado à inquietação, o desconcerto, a desobediência. A questão principal seria modificar turbulência em ação.

Desse modo, ser indisciplinado não consiste em sinônimo do discordar, criticar e agir. Caso fosse, o aluno indisciplinado seria a busca de formação da escola, uma vez que a legislação e orientações pedagógicas prezam por tal sujeito. Na realidade, como ressalta Casamayor (1998), ter um comportamento indisciplinado é querer impor a própria vontade sobre a do restante da comunidade, contrariando regras e normas estabelecidas no espaço escolar. A questão a ser pensada, então, é como são produzidas as regras na escola e como são cobradas.

Neste contexto, a Educação Física Escolar se faz importante quanto disciplina que permite por sua natureza, muitas vezes de cooperação, o trabalho com o tema. Porém, tais construções só são possíveis se houver o respeito entre todos e um trabalho desenvolvido com base na diversidade de opiniões. Quando há a intervenção do docente, as aulas deixam de configurar somente os fundamentos esportivos e seu treinamento, passando a representar uma base social. Sendo assim, relata Brandão (2007), a Educação Física pode ser uma valiosa ferramenta para a formação do educando, bem como para sua inclusão social, uma vez que possibilita o desenvolvimento da coletividade, da responsabilidade, da cidadania e o respeito entre todos.

Já para Shaffer (2005) são nas experiências sociais, em conjunto com o desenvolvimento cognitivo, que se possibilita à criança uma melhor compreensão acerca de normas, regras e leis. Algo a ser consolidado na medida em que a compreensão sobre o mundo evolui, numa sequência lógica, em estágios de desenvolvimento da moral, repercutindo numa percepção cada vez mais avançada ou madura sobre os dilemas sociais que se apresentam em comunidade.

De acordo com Piaget (1994), o desenvolvimento moral requer a interpenetração de espíritos e a relação entre eles, ou seja, as relações que se estabelecem de modo recíproco e igualitário, em que o respeito venha em mão dupla, em clima de colaboração. Para ele (1994), as crianças em fase de educação infantil passam por um momento nos estágios iniciais de seu desenvolvimento que é caracterizado pelo egocentrismo, como se essas representassem o centro de todas as atenções e tudo acontecesse para elas.

Nesse período da vida, a criança compreende suas obrigações e responsabilidades por meio de conversas mais precisas e pontuais na sua relação com a família e meio social em que está inserida, já que ela não tem uma compreensão nata de regras ou limites. As crianças acabam por aprender o que é certo e errado, em primeiro momento, pela obrigação, porém as razões de algo estar certo ou não já precisam ser suscitadas pelo o adulto que intervêm.

Quando ingressa na educação infantil, a criança se depara com uma nova realidade na qual passa seu tempo basicamente em dois universos, a escola e a família, o que por sua vez amplia o número de interlocutores, ampliando os contingentes e aumentando a variedade de exigências impostas pelo meio social. Isso faz com que novas habilidades sejam requeridas do indivíduo, no sentido de melhorar suas relações interpessoais. Silva (2006) aponta que essa nova realidade pode fazer com que surjam novos conflitos para as crianças, que caso se sinta incapaz de lidar com eles, normalmente partirão para a agressividade.

No sentido de auxiliar na compreensão das regras e limites, o professor de Educação Física pode se associar ao professor polivalente, buscando novas estratégias para resolver esse dilema. Para muitas dessas crianças, a aula de Educação Física representa o único momento de descontração, liberdade e cooperação para interagir com os outros. Dessa forma, De Marco (2002, p. 40), afirma que a aula de Educação Física “[...] se torna muito importante para o desenvolvimento de uma criança saudável, pois através das brincadeiras e dos jogos a criança externa, simbolicamente, vários sentimentos que ela não pode externar na realidade.”

Contudo, em algumas redes de ensino não há aulas de Educação Física na Educação Infantil. Neste nível de ensino, as aulas de Educação Física se justificam pelo fato de as crianças terem a oportunidade de aprender através da ludicidade, de modo que suas capacidades cognitivas e motoras sejam estimuladas. Ou, como suscita Magalhães et al (2007), essas aulas quando não resumem a reprodução mecânica de atividades ou atividades desconexas, sendo alvo de reflexão e preparo, produzem intervenções diferenciadas na vida dos educandos da primeira infância.

3 METODOLOGIA

Para participar da presente pesquisa foram convidados professores que atuam na rede municipal de ensino de Ipaussu, município do interior do estado de São Paulo. Como o trabalho aborda a educação infantil, foram convidados docentes que lecionam nessa modalidade de ensino. Participaram três professores de Educação Física (EF1, EF2 e EF3), contabilizando todos os docentes que atuam na disciplina da rede, e quatro professores polivalentes (PP1, PP2, PP3 e PP4). Dos professores polivalentes, foi selecionado um de cada escola, sendo esta seleção por meio de sorteio, com a presença dos diretores de cada instituição de ensino.

Esses professores foram convidados em visitas às quatro escolas que oferecem Educação Infantil no município. Uma delas, inclusive, conta também com o Ensino Fundamental até o sétimo ano e outra, apenas com o primeiro ano. Eles receberam cópias impressas do questionário para devolverem respondidos no prazo de uma semana. Cada professor foi pessoalmente esclarecido sobre o intuito do trabalho e se comprometeram a responder baseados em sua experiência.

Foram distribuído dois questionários com perguntas diferentes, mas com o mesmo tema, de modo a sanar as especificidades de cada área, um para o professor polivalente e outro para o professor de educação física. Ambos continham perguntas aos docentes sobre o seu modo de trabalho com regras em aula, os desafios enfrentados por ele referentes à indisciplina, os possíveis benefícios do componente Educação Física para a produção de regras e a relação entre professores polivalentes e de Educação Física quanto ao trabalho pedagógico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados e discussões provenientes do questionário aplicado aos professores, primeiro os relativos aos professores de Educação Física e, após, os concernentes aos professores polivalentes. As respostas foram agrupadas de acordo com semelhança e os aspectos mais relevantes aparecem com uma breve discussão.

A primeira pergunta para os professores de Educação Física foi: “Como você trabalha a questão das regras em suas aulas?”. Os três professores deram respostas parecidas, relacionadas aos jogos/brincadeiras e a necessidade de regras para organizá-las e fazê-las funcionar. Assim como descreve Piaget (1994), os jogos de regras são elementos fundamentais na formação moral dos sujeitos, uma vez que se troca e compartilha opiniões, necessitando a criação de consensos no grupo.

Um dos professores, EF1, deu destaque ao fato de buscar disciplina pela organização em todos os instantes de sua aula, desde a boa organização da fila para saída e entrada, a ordem para irem ao banheiro e, em especial, no desenvolvimento das atividades. EF2 chamou atenção para o fato das crianças chegarem, muitas vezes, sem limites e sem a menor noção do que vem a serem as regras e sua importância. Portanto, ele relata trabalhar a questão da compreensão desses alunos para que saibam da importância dessas regras, que não são simples imposições,

mas que asseguram o bom funcionamento das coisas. Já EF3 afirmou que os alunos “pedem” por essas regras, que um trabalho desorganizado ou muito solto é desinteressante para os próprios alunos, que acabam por se cansar e partem para a indisciplina. Ele ainda acrescentou que os alunos testam os professores, em especial nas primeiras aulas e que muito do que eles perceberem da postura do professor, irá ditar seu comportamento ao longo do ano letivo.

Com o levantado pelos docentes, percebem-se três visões diferentes do trabalho com as regras, mesmo todos apresentando os jogos como elemento estruturante da prática. EF1 atrela regras à quietude da sala, ao seguir as ações impostas. EF2 propõe a conversa para este trabalho, considerando que ele deve elucidar e convencer os alunos da necessidade de regras. Já EF3 assume que essa necessidade não precisa ser trazida pelo docente, mas que o próprio grupo de crianças fomenta tal discussão pedagógica. Ou seja, como apresenta Casamayor (1998), torna-se difícil debater práticas pedagógicas sobre regras ter amplo conhecimento e um discurso comum sobre o assunto.

A segunda pergunta: “Quais são os maiores desafios enfrentados por você ao trabalhar regras com os alunos?”. EF1 ressaltou a importância do papel da família em fazer com que essas crianças já tenham noções das regras, mas que a realidade é que, muitas vezes, os pais tentam compensar sua ausência na vida dessas crianças com uma permissividade exacerbada. EF2 citou que a cada ano que passa, as crianças chegam mais “despreparadas”, requerendo um trabalho mais intenso do professor para seu desenvolvimento. Ele também atribui isso as famílias, considerando uma questão social. EF3 também mencionou as dificuldades referentes à maneira com que esses alunos ingressam na escola e na falta de amparo das famílias em atuar conjuntamente com a escola na construção moral dos educandos. Com relação à formação, dois dos professores (EF1 e EF3) citaram a importância da formação continuada (capacitações e cursos), já que tiveram pouco contato com a questão em sua formação e da troca de experiências. Assim, nota-se que as respostas se relacionaram com atuação familiar e formação profissional.

As três respostas docentes atribuem a outros sujeitos as dificuldades do trabalho com indisciplina, como se a responsabilidade de ações pedagógicas sobre tema falhassem por estar no seio de uma família permissiva ou de uma formação deficitária. Autores como Antunes (2002) e Aquino (1996), ao suscitarem a questão, relatam que a inobservância docente de não tomar para si o trabalho com indisciplina, o que não consiste em sinônimo de ação isolada, acarreta metodologias pouco atrativas e pouco conhecimento social de seus alunos.

A terceira e última pergunta foi “Quais são os benefícios relativos à disciplina e respeito às regras que a Educação Física pode oferecer?”. Essa questão trouxe aspectos importantes à tona, como a visível diferença do comportamento das crianças, observável depois de um tempo ao se trabalhar com as regras. A melhoria na organização dessa criança, com relação ao espaço, ao material e às outras crianças. O aumento na concentração, paciência, respeito, atenção, etc. Aspectos esses que fortalecem o discutido anteriormente a partir de Antunes (2002) e Aquino (1996).

EF3 ressaltou que essas conquistas só são alcançadas se o professor tiver um objetivo, se ele souber aonde quer chegar e for determinado em alcançar. Isso há de exigir tempo, empenho

e força de vontade. Nada acontece de um dia para o outro e o professor só pode transmitir valores que ele tem em si, que ele demonstra. Ou seja, como apresenta os PCN-EF (1998), planejar versa em tarefa indissociável da ação cotidiana do docente, sem ela não há como obter bons resultados.

As próximas questões, dizem respeito ao questionário aplicado aos professores polivalentes:

A primeira pergunta foi “Quais são as vantagens perceptíveis do ensino de Educação Física para seus alunos?”. Nas respostas, vários pontos foram abordados pelas quatro professoras, dentre elas a melhoria na coordenação motora, a noção de espaço e lateralidade, o melhor conhecimento acerca das formas, a consciência corporal, o combate ao sedentarismo, dentre outras. Duas das professoras (PP1 e PP2) citaram a questão comportamental, da aprendizagem de regras, da compreensão acerca de ordenação, diminuição da indisciplina, etc. Isso mostra que os professores polivalentes primeiramente pensam nos benefícios relacionados ao trabalho com conteúdos conceituais do que aqueles que refletem nos atitudinais, ainda que reconheçam a importância desses para as suas aulas.

Entretanto, como ressalta a Introdução dos PCN (BRASIL, 1998), na escola são de iguais importâncias à formação de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Não se pode desprezar um em relação ao outro, nem considerar que conteúdos atitudinais só demonstram valor se servem de base para a formação dos conceituais.

A segunda questão pediu “Cite quais são os principais problemas de indisciplina que você enfrenta?” Dê exemplos. De um modo geral, os problemas de indisciplina se referem à falta de respeito com o professor e colegas, a agressividade, a inquietação, à recusa em atender ordens e aceitação de regras, dentre outros. No entanto, esses problemas foram relacionados como insolúveis, uma vez que são relativos à vivência desses alunos, famílias desestruturadas, ausência dos pais, abusos ou a transtornos de aprendizagem ou desordens mentais. PP3 insistiu que a indisciplina é um indicativo que algo não está bem na vida daquele aluno e que, em muitos casos, são os professores que tem esse olhar diferenciado.

Percebe-se na fala das professoras polivalentes uma contradição. Em alguns momentos atribui-se o problema como insolúvel, pois consiste numa responsabilidade de outros. Porém, o professor é visto como aquele capaz de olhar de outros modos para as crianças. Assim, parece existir uma linha invisível que o professor não ultrapassa. Ele diagnostica a indisciplina, atribuem os responsáveis, mas não possui condições de mudança. Tal fato deve-se a dificuldade do docente operacionalizar indisciplina quanto conteúdo e proposta pedagógica.

A terceira questão “Qual é sua interação com os professores de Educação Física, em especial quando o assunto é indisciplina de sua turma?”. Aqui, de modo quase unânime, as professoras citaram os horários de trabalho coletivo (HTPC) que fazem parte de sua jornada semanal, além dos momentos de Conselho de classe. Contudo, assumiram que isso poderia ser feito com uma frequência ainda maior e que ainda existem profissionais que evitam falar dos seus problemas, por medo de se exporem de modo negativo perante os colegas ou aos superiores. Normalmente, os professores de Educação Física têm de trabalhar em várias salas e escolas, fazendo com que esses dificilmente passem muito tempo livre em uma mesma unidade.

Nesse sentido, PP4 ressaltou a importância do apoio dos outros profissionais da escola, como os coordenadores pedagógicos, que podem fazer o papel de ponte entre esses profissionais e possibilitar momentos de discussão bem direcionados.

Deste modo, percebe-se que os momentos de debate coletivo entre docentes são vistos como julgadores de sua ação. O não controlar a indisciplina torna-se motivo de desprestígio docente. O ambiente esperado de sala de aula fundamenta-se no silêncio, na disciplina da hierarquia (AQUINO, 2006), sendo responsabilidade do gestor da escola o vigiar e organizar a rotina escolar. Com isso, vê-se que a relação entre professores de Educação Física e polivalentes fica defasada, sendo que os últimos não consideram as práticas dos primeiros como elementos potencializadores para discutir o tema.

5 CONCLUSÃO

A partir do presente trabalho, foi possível verificar que os professores de Educação Física ainda sofrem com certos estigmas e preconceitos. As aulas dessa disciplina vão muito além do puro e simples lazer e descontração, nelas é possível trabalhar valores e habilidades que serão muito importantes para a vida escolar e social do aluno.

Nesse sentido, como conclusão deste estudo, nota-se que o professor de Educação Física insere a regra em suas aulas de forma muito empírica. Isso se deve a não existência de um consenso sobre o assunto e do desconhecimento de discussões aprofundadas na área. Portanto, o trabalho do professor de Educação Física tem contribuído pouco para a inserção e apoio ao Professor Polivalente na discussão de regras, uma vez que não há momentos para debates e produção de projeto comum entre ambos sobre o tema. Cada docente utiliza-se de práticas isoladas para atender questões momentâneas de indisciplina, esquecendo-se da natureza dos mecanismos relativos à indisciplina.

Consideramos, assim, que o perfil lúdico das aulas de Educação Física requer que se trabalhe com regras e se proponha a construção de limites. A aprendizagem dessas regras faz com que os alunos se acostumem melhor com a ideia de que para tudo deve existir uma rotina, um conjunto de normas e que essas sejam respeitadas para que se chegue num resultado.

6 REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. (2002). *Professor bonzinho=aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula*. Rio de Janeiro: Vozes.
- AQUINO, J. G. (1996). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J. G. (Org). *Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e praticas*. São Paulo: Summus.
- BRANDÃO, C. F. (2007). *LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96); comentada e interpretada, artigo por artigo*. 3. Ed. Atualizada. São Paulo: Avercamp.

- BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Educação fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, v. 7.
- _____. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução/Secretaria de Educação fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, v. 7.
- _____. (2015). Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum – primeira versão*. Acesso em: 26/10/2017.
- _____. (2016). Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum – segunda versão*. Acesso em: 26/10/2017.
- CASAMAYOR, G. (1998). *Como dar respostas aos conflitos. A disciplina no ensino*. Barcelona, Grao.
- MAGALHÃES, J. et al. (2007). *Educação Física Na Educação Infantil: Uma Parceria Educação Física Na Educação Infantil: Uma Parceria Necessária*. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br>>. Acessado em: 07 de Abril de 2016.
- MARCO, M.C. de. (2002). *Agressividade na Educação Infantil (crianças de 0 a 6 anos): um estudo de revisão bibliográfica*. 2002. 44f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- OLIVEIRA, M. V. (1989). *O que e a Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 109 p.
- PIAGET, J. (1994). *O Julgamento moral da criança*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- SHAFFER, D. R. (2005). *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.